

## Prudente de Moraes



Seria o primeiro Presidente civil da República. Seu mandato durou de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1898. Os três primeiros anos caracterizaram-se pela generalização da instabilidade, que iria culminar com o assassinato do Ministro da Guerra, em 5 de novembro de 1897. No ano de mandato que lhe restou deu início ao que seria, desde então, a nota dominante da Primeira República: prática autoritária, reduzida a ordem legal a mera formalidade. Vejamos mais detidamente como se desdobra esse quadro.

Paulista de nascimento, graduou-se na Faculdade de Direito em 1863, aos 22 anos de idade. Dedicou-se ao exercício da advocacia, no interior, acabando por militar na política local, nas hostes do Partido Liberal. Seguindo ao contingente de liberais, desgostoso com a crise de 1868, tornou-se um dos fundadores do Partido Republicano. Nesta agremiação, progressivamente tornar-se-ia destacada liderança. José Maria Bello, na **História da República**, afirma que “poucos homens públicos lembrariam tão de perto, na República, o melhor tipo de político criado pelo Império de Pedro II: inteligência equilibrada, probidade perfeita, gravidade um tanto formalística, altivez, espírito cívico, invencível aversão a qualquer forma de militarismo”. Na condição de político republicano, integrou a Assembléia provincial.

Em 1885, elegeu-se deputado à Assembléia Geral. Pela primeira vez o Partido Republicano lograva representar-se na Câmara dos Deputados. Ainda assim, conquistara apenas três cadeiras (duas de São Paulo --o outro representante seria Campos Sales-- e uma de Minas Gerais).

Com a proclamação da República, viria a ser o primeiro governador de São Paulo. Em outubro de 1890 renunciou para concorrer a uma cadeira no Senado. Na condição de senador, participou da Assembléia Constituinte. Cabendo a esta escolher, indiretamente, o Presidente constitucional, surgiu a candidatura Prudente, em oposição à recondução do Marechal Deodoro, o que acabaria acontecendo. Derrotado nesse pleito, passou a presidir o Senado, cargo no qual permaneceu durante os dois governos militares.

Conforme foi referido, Prudente de Moraes foi escolhido para substituir a Floriano e elegeu-se para o cargo.

Floriano conseguiu apresentar-se perante os seus correligionários como o “Marechal de Ferro”, consolidador da República. Na verdade, as revoltas que provocou, tanto a da

Marinha como a rebelião riograndense deviam-se à natureza despótica que buscou atribuí-la ao novo regime. Na mencionada **História da República**, José Maria Bello destaca que, com efeito, ao extinguir o surto de pronunciamentos demonstrava que “o novo regime sabia impor a ordem material”. E, prossegue: “mas era incapaz de completá-la com a “ordem moral” ou o apaziguamento dos espíritos”.

Obrigado a entregar o governo, deixava como herança a presença política dos florianistas fanáticos que, ainda segundo aquele autor, por toda parte “enxergavam monarquistas conspiradores”. E, mais: “os florianistas e os jacobinos julgavam-se os monopolizadores do ideal republicano”. Havia mesmo indícios de que chegaram a tramam um golpe de Estado a fim de abortar a transição para um governo civil.

Nesse quadro, Prudente de Moraes encontra um país que deixara para trás o ciclo de estabilidade política.

Apesar da influência positivista no Exército, o alto comando dava-se conta de que a ingerência na política prejudicada a instituição e buscava o caminho da profissionalização. Assim, o positivismo militar refluíu progressivamente para a Escola Militar. Tendo esta se decidido por rebelar-se contra o governo, em 1896, Prudente contou com o apoio do Exército para fechá-la temporariamente bem como ao Clube Militar. Reaberto mais tarde, o estabelecimento acabaria sendo extinto no começo do século. Tal se dava com a sede localizada na Praia Vermelha. Quando o Exército se decidiu por reorganizá-la, passou a funcionar no bairro de Realengo.

Contudo, o alto comando do Exército não tinha como influir sobre o comportamento do que passou a ser denominado de jacobinismo florianista. Organizado na forma de milícias, contando inclusive com a participação de militares, recorria a manifestações de rua, em geral direcionadas no sentido de impedir qualquer possibilidade de pacificação do país. Assim, quando os monarquistas, considerando que a presença de governante civil representava a normalidade constitucional, se decidem por organizar o Partido Monarquista e manter uma publicação periódica, os jacobinos acabam por destruir a sua sede e assassinar o responsável (Gentil de Castro). De um modo geral, a polícia nada fazia para reprimi-los.

Mais grave que isto eram as relações da Presidência com o Parlamento.

Antes de mais nada, tenha-se presente que, na verdade, os governos militares apoiaram-se na própria organização militar para assegurar o funcionamento da Presidência. Instalaram-na no Palácio Itamaraty, localizado ao lado do Ministério da Guerra (Prudente transferiria a sede do governo para o Palácio do Catete, onde permaneceria até a mudança da Capital). Quando Prudente de Moraes, empossado no Congresso encaminhou-se para ocupar aquelas instalações ali somente encontrou a uma espécie de bedel que se limitou a dizer: “eles ficavam ali”, apontando para a sala em que se instalara, primeiro Deodoro e, depois, Floriano. Vele dizer: este último sequer se dispôs a formalizar a transferência do cargo.

Deste modo, Prudente de Moraes tinha que começar pela própria organização do aparelho burocrático da Presidência. Tendo ocupado o governo de São Paulo e, depois, a Presidência do Senado, contava com um mínimo de apoio a fim de dar cumprimento à tarefa. Mas não se pode deixar de reconhecer que a situação era de fato precária.

Quanto ao Parlamento, instaurado o regime de partido único, as inevitáveis divergências, resultantes da diversidade de interesses, tendiam, de uma parte, a acomodar-se no agrupamento oficial, ali instaurando facções e grupos. Aos que não se adequavam a esse quadro, restava o caminho da oposição. Enfim, ao sistema de partidos nacionais, com diferenças programáticas relevantes -- a exemplo das três agremiações estruturadas no Segundo Reinado--, seguiam-se, na República, agora sob governo civil,

dois agrupamentos formados a partir do próprio Parlamento. Blocos parlamentares, portanto, sem qualquer unidade.

Em função da candidatura de Prudente de Moraes à Presidência, organiza-se o Partido Republicano Federal, adstrito ao Parlamento. José Maria Bello assinala a presença de três facções em seu seio: os radicais, fanáticos de Floriano, “que não sabiam ou não queriam perdoar e julgavam a República, conforme testamento político de seu ídolo, em permanente ameaça; a dos reacionários, que desejavam eliminar para sempre o jacobinismo intransigente e perturbador, e a dos moderados ou contemporizadores, que tentavam equilibrar os grupos extremos.” A oposição, por sua vez, entendia que a derrota de Floriano deveria-se à resistência armada que haviam patrocinado.

Prudente de Moraes entendia que o sucesso de seu governo dependeria da capacidade de pacificar o país. Abordara o tema no discurso de posse, no Parlamento, mas o fizera de forma moderada, a fim de evitar prevenções. A ferida ainda aberta encontrava-se precisamente no Rio Grande do Sul.

Levando em conta que Júlio de Castilhos, exercendo o governo no Rio Grande do Sul, não tinha o menor interesse na convivência com os liberais de Silveira Martins, Prudente designa novo comandante militar, com a incumbência de formalizar a paz, prescindindo da intervenção do governo local. Como o primeiro general nomeado decidiu-se a permanecer em Porto Alegre, contra as instruções recebidas, Prudente o substituiu. Afinal o QG instala-se em Pelotas. Havia transcorrido mais de seis meses desde a sua posse.

Entendendo a demora nos entendimentos como preparação para esmagar as forças remanescentes, o comandante da Revolta da Armada, Saldanha da Gama, que se achava exilado no Uruguai, invade o Rio Grande, ao tempo em que a revolta liberal local é retomada. Diante do desfecho, a tropa federal intervém para liquidar o renascimento da revolta. Nesse embate, Saldanha da Gama é morto. Silveira Martins dispõe-se a firmar armistício. O acordo compreendia a revogação da Carta castilhista e adoção de regime equivalente ao da Constituição de 91. Ainda que essa cláusula acabasse sendo revogada, o Congresso nacional interveio para impor a anistia. Por fim, pacificava-se o Rio Grande. Estávamos em fins de 1895 e, assim, do primeiro ano da Presidência civil.

A economia do país achava-se devastada. Fracassara a tentativa do primeiro governo de implantar mercado de capitais e, por esse meio, promover o desenvolvimento industrial, deixando como herança a inflação. Essa política passou à história com o nome de encilhamento. O termo proveio das corridas de cavalos. Antes de começarem as corridas e as correspondentes apostas, os animais são preparados (encilhados). Quer dizer, o projeto extinguiu-se no nível da fase preparatória, sem produzir os efeitos esperados (indústrias). A cafeicultura fluminense, sem escravos, estava liquidada. E, embora prosperasse em São Paulo, predominava na Capital Federal o impacto da economia local, na medida em que afetava o comércio, a atividade portuária, etc.

Em agosto de 1896 eclode o movimento de Canudos, que acabaria imortalizado por Euclides da Cunha em **Os sertões**. Provindo de inspiração mística, capaz de nutrir fanatismo tão vigoroso quanto o dos florianistas, derrotou sucessivas expedições militares. Esse resultado iria servir de pretexto para o recrudescimento do jacobinismo. Sem qualquer suporte real, atribuíam o movimento aos monarquistas. Vencendo sucessivas incursões do Exército, os fanáticos acabaram bastante municiados graças à posse do armamento advindo daquelas vitórias. Omitindo a circunstância, os florianistas e jacobinos asseguravam que os monarquistas o haviam contrabandeado.

Tendo adoecido no período, Prudente licenciou-se entregando o poder ao vice. Começa então ampla manobra para afastá-lo em definitivo. Contudo, Prudente consegue retomar o poder. Eis como José Maria Bello descreve a situação: “Reassumindo a

Presidência da República, enfrentava Prudente de Moraes a maior impopularidade de sua época, talvez, já tivesse conhecido qualquer homem de governo no Brasil. Isolado no Palácio do Catete, não tinha certeza sequer da sua segurança pessoal; seria sempre possível à audácia crescente dos jacobinos um golpe de mão para depô-lo. Dir-se-ia que a cidade fugira ao controle da polícia e que não passava o governo de incerta sombra de poder. Ficara impune o atentado contra os jornais monarquistas, absolvidos também foram os implicados no assassinato de Gentil de Castro. Retraíam-se amedrontados ou se exilavam na Europa os monarquistas...” Lembra ao autor um arremedo de Revolução Francesa.

A situação iria inverter-se em fins de 1897. A 5 de novembro, regressando vitorioso de Canudos, o Ministro da Guerra, General Carlos Machado Bittencourt morreria vítima de um atentado, dirigido contra o Presidente da República. Valendo-se da comoção nacional então instaurada, Prudente decreta estado de sítio, suspende a imunidade parlamentar dos opositores no Congresso e prende-os. Enfim, começa uma repressão brutal contra os jacobinos e florianistas. Como diz José Maria Bello, acabara de descobrir a monumental soma de poderes que a Constituição em vigor atribuía à Presidência da República.

Estava consumada a opção pelo exercício autoritário do poder. O arranjo que formalizaria esse desfecho seria obra de Campo Sales, escolhido para substituir a Prudente de Moraes. Assumiria a 15 de novembro de 1898.

Prudente de Moraes regressaria à terra natal. Faleceu poucos anos depois, em 1902, aos 61 anos de idade.